

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Procurador-Geral do Estado, em Natal, 6 de junho de 2025.
ANTENOR ROBERTO SOARES DE MEDEIROS
Procurador-Geral do Estado.

PORTARIA-SEI Nº 318, DE 06 DE JUNHO DE 2025.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 11, incisos XIV e XXVIII, da Lei Complementar Estadual nº 240, de 27 de junho de 2002 (Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado), e

Considerando a divulgação do Resultado Definitivo do XVIII EXAME DE CANDIDATOS PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO DA PGE/RN-2025, publicado no Diário Oficial do Estado nº 15.908, em 14 de maio de 2025, às fls. 02/03;

Considerando a renúncia dos candidatos convocados LUCILLA RAMALHO PESSOA VIEIRA, EMANUEL TOBIAS BARBOSA VILAR, CAROLINE SANTOS PINTO e DEYSIANE ARIELE NUNES DE OLIVEIRA; Considerando término de contrato,

R E S O L V E:

Art. 1º CONVOCAR o(s) candidato(s) listado(s) no ANEXO ÚNICO desta Portaria, aprovado(s) no XVIII EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO DA PGE/RN-2025 - SEDE DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, para realizarem o peticionamento eletrônico, conforme art. 3º desta portaria, até o dia 13/06/2025 (sexta-feira), com a finalidade de efetuar seu credenciamento para início das tratativas contratual junto a esta Instituição.

Art. 2º Para o credenciamento, o candidato deverá peticionar os seguintes documentos:

I - Declaração, atestado de matrícula (2025.1) e Histórico Escolar Universitário (contendo as disciplinas cursadas, em curso e que irá cursar) atualizados, devidamente assinados pela Instituição de Ensino;

II - Declaração de não acúmulo de cargo em órgão público nas esferas Federal, Estadual e Municipal;

III - Apresentação do formulário de autodeclaração, conforme o quesito cor ou raça, no padrão utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas para os candidatos convocados auto-declarados pretos ou pardos (vide: http://www.adcon.rn.gov.br/ACERVO/procuradoria_geral/DOC/DOC00000000325198.PDF);

IV - Declaração para os candidatos não inseridos no item anterior, ou seja, apenas para aqueles se auto-declararem de cor/raça indígena, branca ou amarela;

V - Curriculum vitae;

VI - Cópia da inscrição/cadastro junto a Escola de Governo do RN. Caso não possua, acessar: <http://sistemas.searh.rn.gov.br/escoladegoverno/estagio/escolhadad.asp>;

VII - Cópias legíveis de: carteira de identidade original (RG), CPF, comprovante de residência e título de eleitor;

VIII - Cópia do cartão ou contrato, comprovando o número da agência e da conta corrente/poupança junto ao Banco do Brasil;

IX - Certidões de:

a) improbidade administrativa e inelegibilidade (site do CNJ - <https://www.cnj.jus.br/>);

b) eleitoral (site do TSE - <https://www.tse.jus.br/>);

c) criminal, das Justiças Estadual e Federal (sites do Tribunal de Justiça e da Justiça Federal - <https://www.tjrn.jus.br/certidoes/certidao-de-antecedentes-criminais/>; <https://certidoes.trf5.jus.br/certidoes2022/paginas/certidao-criminal.faces>); e

d) quitação com as obrigações militares - para o sexo masculino;

X - Atestado Médico (público ou privado), devidamente atualizado, que comprove estar o candidato apto ao exercício das funções de Estagiário de Graduação na Procuradoria Geral do Estado/RN;

XI - Laudo Médico (documento original ou cópia legível) com emissão no prazo máximo de 12 meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com a perda da função e a expressa referência ao código correspondente à Classificação Internacional de Doenças (CID), assinatura e carimbo contendo o CRM do médico responsável por sua emissão, bem como a provável causa da deficiência, para os candidatos convocados portadores com deficiência;

XII - Comprovante de esquema vacinal contra COVID-19, devidamente atualizado - com datas e doses. Acessar: <https://mmaisvacina.lais.ufrn.br/cidadaos/informar-cpf/>;

XIII - 01 Foto 3x4 recente, devidamente digitalizada;

XIV - Número de inscrição do NITS/ NIS/ PIS/PASEP. Caso não possua, acessar: site/link: <https://www.inss.gov.br/servicos-do-inss/inscricao-na-previdencia-social/>) ou pelo tele atendimento 135.

Art. 3º O candidato aprovado/convocado deverá remeter, até a data descrita acima, toda a documentação digitalizada, em formato pdf, por meio de Peticionamento Intercorrente do Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Para tanto efetuar o cadastramento como Usuário Externo do SEI, com acesso pelo link: <http://portalsei.rn.gov.br/>, Menu: Acesso ao SEI> Usuário Externo. Favor cadastrar o mesmo endereço de e-mail informado no ato de inscrição.

Art. 4º A falta de qualquer um dos documentos e/ou, o não envio a que se refere o art. 2º desta Portaria, tornará sem efeito a convocação do candidato aprovado e implicará na sua renúncia tácita, ocasião em que será chamado o candidato seguinte na ordem de classificação.

Natal/RN, em 06 de junho de 2025.

ANTENOR ROBERTO SOARES DE MEDEIROS

Procurador-Geral do Estado

ANEXO ÚNICO

ORDEM	SEDE: NATAL NOME DO CANDIDATO (A)	DATA DE NASCIMENTO	MÉDIA FINAL	VAGA
21ª VAGA ABERTA	JOÃO PAULO CUNHA LIZIERI DO NASCIMENTO	14/05/2001	7,25	AC
22ª VAGA ABERTA	GABRIEL DE MEDEIROS VERAS	20/12/2002	7,25	AC
23ª VAGA ABERTA	LORRANY SAMARA XAVIER PEDRO	12/12/2000	6,50	PPP
24ª VAGA ABERTA	DAYANE PRUDENCIO DE OLIVEIRA	05/10/2004	7,25	AC
25ª VAGA ABERTA	DENNIS CARVALHO DE FARIAS E AZEVEDO	17/03/2004	7,00	AC

PORTARIA-SEI Nº 319 - GPGEA, DE 06 DE JUNHO DE 2025.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO ADJUNTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, I e II, da Lei Complementar Estadual nº 240, de 27 de junho de 2002 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado), c/c o disposto nos art. 1º e art. 2º, V, da Portaria nº 001/2019-GPGE, de 03 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) nº 14.325, de 04 de janeiro de 2019, às fls. 7/8,

Considerando o exposto nos Processos SEI nº 01110003.001535/2025-78,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, 10 (dez) dias de férias ao servidor MAURÍCIO DE FONTES OLIVEIRA, ocupante do cargo de Chefe da Assessoria Governamental de Atos Normativos, matrícula nº 205.978-9, no período de 09 a 18 de junho de 2025, referente ao saldo remanescente do exercício de 2020, ficando assegurado o saldo de 04(quatro) dias para gozo posterior.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Procurador-Geral do Estado Adjunto, Natal, 06 de junho de 2025.

José Duarte Santana

Procurador-Geral do Estado Adjunto

Gabinete do Vice-Governador

Portaria-SEI Nº 10, de 29 de maio de 2025.

Institui o Comitê Setorial de Ética (CSE), no âmbito do Gabinete da Vice Governadoria do Estado do Rio Grande do Norte, com o objetivo de integrar o Sistema de Gestão da Ética Pública do Poder Executivo Estadual.

A CHEFE DE GABINETE DO VICE GOVERNADOR, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Complementar nº 163 de 05 de fevereiro de 1999 no capítulo 2, artigo 24 e em conformidade com o Processo SEI nº 02110026.000197/2025-24 e 02510020.000015/2025-53.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores especificados a seguir para constituírem o Comitê Setorial de Ética (CSE), no âmbito do Gabinete da Vice Governadoria do Estado do Rio Grande do Norte, com o objetivo de integrar o Sistema de Gestão da Ética Pública do Poder Executivo Estadual.

I - TERCIO BENTO DA SILVA, matrícula nº 219.136-9

II - AGNA DE SENA VITORINO, matrícula nº 248.556-7

III - DIANNA PATRÍCIA DE OLIVEIRA, matrícula nº 124.112-5

Art. 2º O Comitê Setorial de Ética (CSE) será presidido pelo servidor TERCIO BENTO DA SILVA e, na sua ausência, pela servidora DIANNA PATRÍCIA DE OLIVEIRA PAIVA.

Art. 3º Esta Portaria revoga todas as disposições contrárias e portarias anteriores.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA SOUZA - Chefe de Gabinete/GVG

Assessoria de Comunicação Social

Departamento Estadual de Imprensa

PORTARIA Nº 25/2025 – DG – DEI/RN

Natal/RN, 06 de junho de 2025

O Diretor-Geral do Departamento Estadual de Imprensa do Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 44 do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 21/2025 – DG – DEI/RN, de 29 de maio de 2025, que nomeou o servidor Valmir Bezerra de Araújo como fiscal titular e a servidora Giselda Maria S. da Silva como fiscal substituta do Contrato nº 01/2021, firmado com a Companhia Editora de Pernambuco – CEPE.

Art. 2º Nomear o servidor Gustavo José Soares Cavalcanti, matrícula 223778-4, para atuar como fiscal titular dos seguintes contratos administrativos firmados por este Departamento, incluindo o contrato anteriormente mencionado:

Companhia Editora de Pernambuco – CEPE – Contrato nº 01/2021;

JR Informática (Locação de Impressoras) – Contrato nº 11/2024;

B S da Silva Correa Soluções em Informática – Contrato nº 11/2024;

Cinte Telecom Comércio e Serviços Ltda. (Link de Internet) – Contrato nº 16/2024.

Art. 3º Designar o servidor Jorge Luiz Fernandes de Lima, matrícula 174785-1, como fiscal substituto, para atuar nas ausências e impedimentos do fiscal titular em todos os contratos relacionados no artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao término do prazo de 5 (cinco) dias úteis estabelecido nas respectivas notificações formais de designação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Silvanio Medeiros dos Santos

Diretor-Geral do Departamento Estadual de Imprensa – DEI/RN

Secretarias de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO - SEAD

CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE CARGOS DE PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DE ANALISTA AMBIENTAL, ANALISTA ADMINISTRATIVO E FISCAL AMBIENTAL DO INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE (IDEMA/RN).

*2ª RETIFICAÇÃO

A Secretaria de Estado da Administração do Rio Grande do Norte, por intermédio da Comissão Especial do Concurso Público do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA/RN), no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste termo e demais normas pertinentes à matéria, torna público o 2º Termo de Retificação do Edital nº 04/2025, conforme segue:

Item 9. DAS FASES DO CONCURSO

Onde se lê:

9.1 O Concurso Público constará das seguintes provas e fases:

TABELA 9.1

NÍVEL SUPERIOR	CARGO	FASE	TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	CADERNOS	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÕES (PONTOS)	VALOR TOTAL (PONTOS)	CARÁTER
- Analista Ambiental;	1ª	Objetiva	- Conhecimentos Gerais:	Língua Portuguesa		10	1	10	Eliminatório e Classificatório
- Fiscal Ambiental;									
				História e Aspectos Geoeconômicos do Estado do Rio Grande do Norte		5	1	5	
				Informática Básica		5	1	5	
			- Conhecimento Específico:	Conhecimento Específico exigido para o cargo		20	2	40	
				Legislação de Meio Ambiente Federal e Estadual		20	2	40	
			TOTAL DE QUESTÕES E PONTOS	60	100				
	2ª	Discursiva	De acordo com o item 11				30		Eliminatório e Classificatório
			TOTAL MÁXIMO DE PONTOS		130				

NÍVEL SUPERIOR	CARGO	FASE	TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	CADERNOS	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÕES (PONTOS)	VALOR TOTAL (PONTOS)	CARÁTER
	- Analista Administrativo;	1ª	Objetiva	- Conhecimentos Gerais:	Língua Portuguesa	10	1	10	Eliminatório e Classificatório
					História e Aspectos Geoeconômicos do Estado do Rio Grande do Norte	5	1	5	
					Informática Básica	5	1	5	
				- Conhecimento Específico:	Conhecimento Específico exigido para o cargo	20	2	40	
					Legislação de Administração, Finanças e Contabilidade Pública	20	2	40	
					TOTAL DE QUESTÕES E PONTOS	60		100	
		2ª	Discursiva	De acordo com o item 11			30		Eliminatório e Classificatório
					TOTAL MÁXIMO DE PONTOS				130

Leia-se:

9.1 O Concurso Público constará das seguintes provas e fases:

NÍVEL SUPERIOR	CARGO	FASE	TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	CADERNOS	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÕES (PONTOS)	VALOR TOTAL (PONTOS)	CARÁTER
	- Analista Ambiental; - Fiscal Ambiental;	1ª	Objetiva	- Conhecimentos Gerais:	Língua Portuguesa	10	1	10	Eliminatório e Classificatório
					História e Aspectos Geoeconômicos do Estado do Rio Grande do Norte	5	1	5	
					Informática Básica	5	1	5	
					Ética e Conduta Administrativa	5	1	5	
				- Conhecimento Específico:	Conhecimento Específico exigido para o cargo	20	2	40	
					Conhecimento Específico de Legislação conforme anexo XXX	15	2	30	
					TOTAL DE QUESTÕES E PONTOS	60		105	
		2ª	Discursiva	De acordo com o item 11			30		Eliminatório e Classificatório
					TOTAL MÁXIMO DE PONTOS				135

NÍVEL SUPERIOR	CARGO	FASE	TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	CADERNOS	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÕES (PONTOS)	VALOR TOTAL (PONTOS)	CARÁTER
	- Analista Administrativo;	1ª	Objetiva	- Conhecimentos Gerais:	Língua Portuguesa	10	1	10	Eliminatório e Classificatório
					História e Aspectos Geoeconômicos do Estado do Rio Grande do Norte	5	1	5	
					Informática Básica	5	1	5	
					Ética e Conduta Administrativa	5	1	5	
				- Conhecimento Específico:	Conhecimento Específico exigido para o cargo	20	2	40	
					Conhecimento Específico de Legislação conforme anexo XXX	15	2	30	
					TOTAL DE QUESTÕES E PONTOS	60		105	
		2ª	Discursiva	De acordo com o item 11			30		Eliminatório e Classificatório
					TOTAL MÁXIMO DE PONTOS				135

Item 11. DA PROVA DISCURSIVA

Onde se lê:

11.5.1 A Prova D

discursiva para o cargo de Analista Ambiental consistirá na elaboração de 1 (um) Parecer Técnico que aborde sobre estudo de caso apresentado a partir das atribuições da área de formação do candidato, conforme Anexo I - dos Requisitos e Atribuições dos Cargos.

11.5.2 A Prova Discursiva para o cargo de Fiscal Ambiental consistirá na elaboração de 1 (um) Relatório Técnico sobre estudo de caso apresentado a partir das atribuições do cargo, conforme Anexo I - dos Requisitos e Atribuições dos Cargos.

11.5.3 A Prova Discursiva para o cargo de Analista Administrativo (Exceto 401.3 - Jornalista) consistirá na elaboração de 1 (um) Parecer Técnico sobre estudo de caso apresentado a partir das atribuições da área de formação do candidato, conforme Anexo I - dos Requisitos e Atribuições dos Cargos.

Leia-se:

11.5.1 A Prova Discursiva para o cargo de Analista Ambiental consistirá na elaboração de 1 (um) Estudo de Caso, embasado em casos práticos que abordem o conhecimento específico constante no Anexo III - do Conteúdo Programático da Prova Discursiva, conforme a área de formação do candidato e Atribuições do Cargo, conforme Anexo I - dos Requisitos e Atribuições dos Cargos.

11.5.2 A Prova Discursiva para o cargo de Fiscal Ambiental consistirá na elaboração de 1 (um) Estudo de Caso, embasado em casos práticos que abordem o conhecimento específico constante no Anexo III - do Conteúdo Programático da Prova Discursiva, conforme a área de formação do candidato e Atribuições do Cargo, conforme Anexo I - dos Requisitos e Atribuições dos Cargos.

11.5.3 A Prova Discursiva para o cargo de Analista Administrativo (Exceto 401.3 - Jornalismo) consistirá na elaboração de 1 (um) Estudo de Caso, embasado em casos práticos que abordem o conhecimento específico constante no Anexo III - do Conteúdo Programático da Prova Discursiva, conforme a área de formação do candidato e Atribuições do Cargo, conforme Anexo I - dos Requisitos e Atribuições dos Cargos.

ANEXO I - DOS REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Onde se lê:

CARGO: ANALISTA AMBIENTAL - AQUICULTURA

Requisitos: Curso Superior em Aquicultura com registro no Conselho de Classe.

Leia-se:

CARGO: ANALISTA AMBIENTAL - AQUICULTURA

Requisitos: Curso Superior em Aquicultura ou Engenharia de Pesca ou Engenharia de Aquicultura com registro no Conselho de Classe.

Onde se lê:

CARGO: ANALISTA AMBIENTAL - QUÍMICA

Requisitos: Curso Superior em Química (Bacharelado) com registro no Conselho de classe.

Leia-se:

CARGO: ANALISTA AMBIENTAL - QUÍMICA

Requisitos: Curso Superior em Química, Bacharelado ou licenciatura, com registro no Conselho de classe.

Onde se lê:

CARGO: ANALISTA AMBIENTAL - PEDAGOGIA

Requisitos: Curso Superior em Pedagogia com registro no Conselho de Classe.

Leia-se:

CARGO: ANALISTA AMBIENTAL - PEDAGOGIA

Requisitos: Curso Superior em Pedagogia.”

ANEXO II - DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Onde se lê:

CONHECIMENTOS GERAIS - ANALISTA AMBIENTAL, FISCAL AMBIENTAL e ANALISTA ADMINISTRATIVO

Leia-se:

CONHECIMENTOS GERAIS PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

Onde se lê:

História do Rio Grande do Norte e Aspectos Geoeconômicos do Rio Grande do Norte: 1. História do Rio Grande do Norte; 1.1 Povos Originários; 1.2 Guerras e Conflitos; 1.3 Patrimônio Histórico material e imaterial; Século XIX, XX e atualidades. 2. Aspectos Geo Econômicos do Rio Grande do Norte: 2.1.Relevo; 2.2 Geologia; 2.3 Solos; 2.4 Clima; 2.5 Vegetação; 2.6 Hidrografia; 2.7 Aspectos climáticos; 2.8 Mudanças climáticas; 2.9 Recursos energéticos; 2.10 Conflitos socioambientais e seus impactos no campo e na cidade; 2.11 Reforma Agrária; 2.12 Recursos energéticos; 2.13 Unidades de Conservação; 2.14 Sustentabilidade; 2.15 Cartografia e Geotecnologias Aplicadas ao Meio Ambiente; 2.16 Localização; 2.17 Divisão geográfica; 2.18 Processo de urbanização; 2.19 Divisões territoriais; 2.20 Demografia; 2.21 Aspectos econômicos; 2.22 Aspectos Culturais; 2.23 Comunidades Indígenas;

Leia-se:

História e Aspectos Geoeconômicos do Estado do Rio Grande do Norte: 1. História do Rio Grande do Norte; 1.1 Povos Originários; 1.2 Guerras e Conflitos; 1.3 Patrimônio Histórico material e imaterial; Século XIX, XX e atualidades. 2. Aspectos Geo Econômicos do Rio Grande do Norte: 2.1.Relevo; 2.2 Geologia; 2.3 Solos; 2.4 Clima; 2.5 Vegetação; 2.6 Hidrografia; 2.7 Aspectos climáticos; 2.8 Mudanças climáticas; 2.9 Recursos energéticos; 2.10 Conflitos socioambientais e seus impactos no campo e na cidade; 2.11 Reforma Agrária; 2.12 Recursos energéticos; 2.13 Unidades de Conservação; 2.14 Sustentabilidade; 2.15 Cartografia e Geotecnologias Aplicadas ao Meio Ambiente; 2.16 Localização; 2.17 Divisão geográfica; 2.18 Processo de urbanização; 2.19 Divisões territoriais; 2.20 Demografia; 2.21 Aspectos econômicos; 2.22 Aspectos Culturais; 2.23 Comunidades Indígenas;

Fica incluído:

Ética e Conduta Administrativa: 1. Lei Complementar Estadual nº 751, de 18 de abril de 2024. 2. Decreto Estadual nº 33.094/2023: Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Estadual (disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/gac/DOC/DOC00000000345105.PDF>). 3. Lei Estadual nº 11.902/2024: Dispõe sobre medidas de prevenção e enfrentamento ao assédio moral, sexual e outras formas de violência no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte.

Onde se lê: ANEXO II - DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Leia-se: ANEXO II - DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

III - PROVA OBJETIVA

Onde se lê:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EXIGIDO PARA O CARGO: ANALISTA AMBIENTAL

1. Licenciamento ambiental; 2. Monitoramento ambiental; 3. Princípios da precaução e da prevenção; 4. Unidades de conservação; 5. Educação ambiental; 6. Gerenciamento costeiro; 7. Autorizações de supressão vegetal e de captura de fauna; 8. Avaliação de impacto ambiental; 9. Zoneamento ambiental; 10. Medidas mitigadoras; 11. Análise, avaliação e gerenciamento de riscos; 12. Planejamento e resposta a emergências; 13. Plano de ação de emergência; 14. Auditoria ambiental: conceito, auditoria ambiental de conformidade, auditoria ambiental de natureza operacional, auditoria ambiental de desempenho operacional; 15. Poluição da água, do ar e do solo: principais formas, efeitos sobre a saúde e o meio ambiente, formas de controle e monitoramento; 16. Recuperação de áreas degradadas (conceitos, métodos e técnicas); 17. Resíduos sólidos (conceito, reciclagem, tratamento e disposição final); 18. Noções de ecologia; 19. Energias renováveis; 20. Atuação em caráter supletivo nas ações administrativas de licenciamento e de autorização ambiental. 21. Legislação aplicável: Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente) e suas alterações; Resolução CONAMA nº 237/1997; 21.1. Lei complementar nº 495, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2013; 21.2. Resoluções CONAMA nº 357/2005, nº 430/2011; 21.3. Lei nº 9.985/2000 (SNUC); 21.4. Lei nº 9.795/1999 (Política Nacional de Educação Ambiental) e suas alterações; 21.5. Lei nº 7.661/1988, 21.6. Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e suas alterações; 21.7. Lei nº 12.651/2012 (Novo Código Florestal) e suas alterações; 21.8. Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) e suas alterações; 21.9. ABNT NBR ISO 14001:2015; 21.10. Lei nº 12.305/2010 (PNRS) e suas alterações. CARGO ÉTICA: 1. Lei Complementar Estadual nº 751, de 18 de abril de 2024; 2. Decreto Estadual nº 33.094/2023: Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Estadual (disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/gac/DOC/DOC000000003210 88.PDF>); 3. Lei Estadual nº 11.902/2024: Dispõe sobre medidas de prevenção e enfrentamento ao assédio moral, sexual e outras formas de violência no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EXIGIDO PARA O CARGO: FISCAL AMBIENTAL

1. Tipos de licenças ambientais e de autorizações de supressão vegetal e de captura de fauna; monitoramento ambiental; 2. Unidades de conservação; 3. Conceitos: ação compensadora, ação mitigadora; 4. Princípios da precaução e da prevenção; 5. Avaliação de impacto ambiental; análise, avaliação e gerenciamento de riscos; 6. Planejamento e resposta a emergências; 7. Plano de ação de emergência; 8. Auditoria ambiental: conceito, auditoria ambiental de conformidade, auditoria ambiental de natureza operacional, auditoria ambiental de desempenho operacional; 9. Poluição da água, do ar e do solo: principais formas, efeitos sobre a saúde e o meio ambiente, formas de controle e monitoramento; 10. Recuperação de áreas degradadas (conceitos, métodos e técnicas); 11. Resíduos sólidos (conceito, reciclagem, tratamento e disposição final); 12. Noções de ecologia; 13. Competência para fiscalizar; 14. Atuação em caráter supletivo nas ações administrativas de fiscalização ambiental; 15. Infrações ambientais: conceito, gravidade, apuração, sanções, 16. Termo de Ajustamento de Conduta (TAC); 17. Legislação aplicável: Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente) e suas alterações; Resolução CONAMA nº 237/1997;

17.1. Lei complementar Nº 495, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2013; 17.2. Resoluções CONAMA nº 357/2005, nº 430/2011; 17.3. Lei nº 9.985/2000 (SNUC); 17.4. Lei nº 9.795/1999 (Política Nacional de Educação Ambiental) e suas alterações; 17.5. Lei nº 7.661/1988, Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e suas alterações; 17.5. Lei nº 12.651/2012 (Novo Código Florestal) e suas alterações; 17.6. Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) e suas alterações; 17.8. ABNT NBR ISO 14001:2015; 17.9. Lei nº 12.305/2010 (PNRS) e suas alterações. CARGO E ÉTICA: 1. Lei Complementar Estadual nº 751, de 18 de abril de 2024; 2. Decreto Estadual nº 33.094/2023: Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Estadual (disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/gac/DOC/DOC000000003210.88.PDF>); 3. Lei Estadual nº 11.902/2024: Dispõe sobre medidas de prevenção e enfrentamento ao assédio moral, sexual e outras formas de violência no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EXIGIDO PARA O CARGO: ANALISTA ADMINISTRATIVO ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E ORÇAMENTO PÚBLICO: 1. O papel do Estado e a atuação do governo nas finanças públicas. 1.1 Formas e dimensões da intervenção da administração na economia. 1.2 Funções do orçamento público. 2. Orçamento público. 2.1 Conceito. 2.2 Técnicas orçamentárias. 2.3 Princípios orçamentários. 2.4 Ciclo orçamentário. 2.5 Processo orçamentário. 2.6. Lei nº 14.116/2021: Atualizações na Lei de Diretrizes Orçamentárias. 3. O orçamento público no Brasil. 3.1 Sistema de planejamento e de orçamento federal. 3.2 Plano plurianual. 3.3 Diretrizes orçamentárias. 3.4 Orçamento anual. 3.5 Outros planos e programas. 3.6 Sistema e processo de orçamentação. 3.7 Classificações orçamentárias. 3.8 Estrutura programática. 3.9 Créditos ordinários e adicionais. 3.10. Marco Legal das Finanças Públicas e o papel da governança fiscal intersetorial. 4. Programação e execução orçamentária e financeira. 4.1 Descentralização orçamentária e financeira. 4.2 Acompanhamento da execução. 4.3 Sistemas de informações. 4.4 Alterações orçamentárias. 4.5 Indicadores de desempenho orçamentário e financeiro. 4.6. Ferramentas digitais de execução e controle: SICONFI, SIOPE, SIOPS, SIGEF. 5. Receita pública. 5.1 Conceito e classificações. 5.2 Estágios. 5.3 Fontes. 5.4 Dívida ativa. 6. Despesa pública. 6.1 Conceito e classificações. 6.2 Estágios. 6.3 Restos a pagar. 6.4 Despesas de exercícios anteriores. 6.5 Dívida flutuante e fundada. 6.6 Suprimento de fundos. 7. Lei de Responsabilidade Fiscal. 8. Transparência, controle e fiscalização – Disposições constitucionais. GESTÃO DE PESSOAS: 1. Lei Complementar nº 122/1994 - Regime Jurídico do Servidor Público do RN; 2. Conceitos, importância e relação com outros sistemas de organização; 3. Fundamentos, teorias e escolas da administração e o seu impacto na gestão de pessoas; 4. Políticas e sistemas de informações gerenciais; 5. Governança corporativa; 6. Gestão de pessoas e sua relação com os outros sistemas de organização; 7. Função do órgão de recursos humanos, suas atribuições básicas e objetivos; 8. O indivíduo, o grupo e o sistema organizacional; 9. Liderança; 10. Comunicação; 11. Motivação; 12. Qualidade de vida; 13. Gerenciamento de conflitos; 14. Gestão da mudança; 15. Gestão da mudança. COMPRAS GOVERNAMENTAIS: 1. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativo: 1.1. âmbito de aplicação da Lei. 1.2. Princípios. 1.3. Agentes Públicos. 1.4. Do Processo de Licitatório; Fase Preparatória; Modalidades de Licitação; Da divulgação do Edital de Licitação. 1.5. Da Contratação direta: Do Processo da Contratação Direta: Inexigibilidade e Dispensa de Licitação. 1.6. Dos Contratos Administrativos: Da Formalização dos Contratos; Das Prerrogativas da Administração; Da Duração dos Contratos. 1.7. Das Irregularidades: Das Infrações e Sanções Administrativas; 1.8. Disposições Gerais: Do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). 2.0. Decreto Estadual nº 32.449, de 07 de março de 2023, Regulamenta Lei nº 14.133, de 2021, no âmbito do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte. 2.1. âmbito de aplicação. 2.2. Plano de Contratações Anual (PCA), 2.3. Plano de Contratações do Estado do RN (PCAE); 2.4. Dos Agentes Públicos. 2.5. Dos Gestores e Fiscais de Contratos. 2.6. Do Enquadramento dos Bens de Consumo nas Categorias de Qualidade Comum e de Luxo. 2.7. Do Procedimento Auxiliar: Sistema de Registro de Preços (SRP). CARGO E ÉTICA: 1. Lei Complementar Estadual nº 751, de 18 de abril de 2024; 2. Decreto Estadual nº 33.094/2023: Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Estadual (disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/gac/DOC/DOC000000003210.88.PDF>); 3. Lei Estadual nº 11.902/2024: Dispõe sobre medidas de prevenção e enfrentamento ao assédio moral, sexual e outras formas de violência no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte.

Leia-se:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR CARGO:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EXIGIDO PARA O CARGO: ANALISTA AMBIENTAL

1. Licenciamento ambiental; 2. Monitoramento ambiental; 3. Princípios da precaução e da prevenção; 4. Unidades de conservação; 5. Educação ambiental; 6. Gerenciamento costeiro; 7. Autorizações de supressão vegetal e de captura de fauna; 8. Avaliação de impacto ambiental; 9. Zoneamento ambiental; 10. Medidas mitigadoras; 11. Análise, avaliação e gerenciamento de riscos; 12. Planejamento e resposta a emergências; 13. Plano de ação de emergência; 14. Auditoria ambiental: conceito, auditoria ambiental de conformidade, auditoria ambiental de natureza operacional, auditoria ambiental de desempenho operacional; 15. Poluição da água, do ar e do solo: principais formas, efeitos sobre a saúde e o meio ambiente, formas de controle e monitoramento; 16. Recuperação de áreas degradadas (conceitos, métodos e técnicas); 17. Resíduos sólidos (conceito, reciclagem, tratamento e disposição final); 18. Noções de ecologia; 19. Energias renováveis; 20. Atuação em caráter supletivo nas ações administrativas de licenciamento e de autorização ambiental. 21. Legislação aplicável: Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente) e suas alterações; Resolução CONAMA nº 237/1997; 21.1. Lei complementar Nº 495, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2013; 21.2. Resoluções CONAMA nº 357/2005, nº 430/2011; 21.3. Lei nº 9.985/2000 (SNUC); 21.4. Lei nº 9.795/1999 (Política Nacional de Educação Ambiental) e suas alterações; 21.5. Lei nº 7.661/1988, Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e suas alterações; 21.6. Lei nº 12.651/2012 (Novo Código Florestal) e suas alterações; 21.8. Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) e suas alterações; 21.9. ABNT NBR ISO 14001:2015; 21.10. Lei nº 12.305/2010 (PNRS) e suas alterações.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EXIGIDO PARA O CARGO: FISCAL AMBIENTAL

1. Tipos de licenças ambientais e de autorizações de supressão vegetal e de captura de fauna; monitoramento ambiental; 2. Unidades de conservação; 3. Conceitos: ação compensadora, ação mitigadora; 4. Princípios da precaução e da prevenção; 5. Avaliação de impacto ambiental; análise, avaliação e gerenciamento de riscos; 6. Planejamento e resposta a emergências; 7. Plano de ação de emergência; 8. Auditoria ambiental: conceito, auditoria ambiental de conformidade, auditoria ambiental de natureza operacional, auditoria ambiental de desempenho operacional; 9. Poluição da água, do ar e do solo: principais formas, efeitos sobre a saúde e o meio ambiente, formas de controle e monitoramento; 10. Recuperação de áreas degradadas (conceitos, métodos e técnicas); 11. Resíduos sólidos (conceito, reciclagem, tratamento e disposição final); 12. Noções de ecologia; 13. Competência para fiscalizar; 14. Atuação em caráter supletivo nas ações administrativas de fiscalização ambiental; 15. Infrações ambientais: conceito, gravidade, apuração, sanções, 16. Termo de Ajustamento de Conduta (TAC); 17. Legislação aplicável: Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente) e suas alterações; Resolução CONAMA nº 237/1997; 17.1. Lei complementar Nº 495, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2013; 17.2. Resoluções CONAMA nº 357/2005, nº 430/2011; 17.3. Lei nº 9.985/2000 (SNUC); 17.4. Lei nº 9.795/1999 (Política Nacional de Educação Ambiental) e suas alterações; 17.5. Lei nº 7.661/1988, Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e suas alterações; 17.5. Lei nº 12.651/2012 (Novo Código Florestal) e suas alterações; 17.6. Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) e suas alterações; 17.8. ABNT NBR ISO 14001:2015; 17.9. Lei nº 12.305/2010 (PNRS) e suas alterações.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EXIGIDO PARA O CARGO: ANALISTA ADMINISTRATIVO

ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E ORÇAMENTO PÚBLICO: 1. O papel do Estado e a atuação do governo nas finanças públicas. 1.1 Formas e dimensões da intervenção da administração na economia. 1.2 Funções do orçamento público. 2. Orçamento público. 2.1 Conceito. 2.2 Técnicas orçamentárias. 2.3 Princípios orçamentários. 2.4 Ciclo orçamentário. 2.5 Processo orçamentário. 2.6. Lei nº 14.116/2021: Atualizações na Lei de Diretrizes Orçamentárias. 3. O orçamento público no Brasil. 3.1 Sistema de planejamento e de orçamento federal. 3.2 Plano plurianual. 3.3 Diretrizes orçamentárias. 3.4 Orçamento anual. 3.5 Outros planos e programas. 3.6 Sistema e processo de orçamentação. 3.7 Classificações orçamentárias. 3.8 Estrutura programática. 3.9 Créditos ordinários e adicionais. 3.10. Marco Legal das Finanças Públicas e o papel da governança fiscal in-

terteretorial. 4. Programação e execução orçamentária e financeira. 4.1 Descentralização orçamentária e financeira. 4.2 Acompanhamento da execução. 4.3 Sistemas de informações. 4.4 Alterações orçamentárias. 4.5. Indicadores de desempenho orçamentário e financeiro. 4.6. Ferramentas digitais de execução e controle: SICONFI, SIOPE, SIOPS, SIGEF. 5. Receita pública. 5.1 Conceito e classificações. 5.2 Estágios. 5.3 Fontes. 5.4 Dívida ativa. 6. Despesa pública. 6.1 Conceito e classificações. 6.2 Estágios. 6.3 Restos a pagar. 6.4 Despesas de exercícios anteriores. 6.5 Dívida flutuante e fundada. 6.6 Suprimento de fundos. 7. Lei de Responsabilidade Fiscal. 8. Transparência, controle e fiscalização – Disposições constitucionais. GESTÃO DE PESSOAS: 1. Lei Complementar nº 122/1994 - Regime Jurídico do Servidor Público do RN; 2. Conceitos, importância e relação com outros sistemas de organização; 3. Fundamentos, teorias e escolas da administração e o seu impacto na gestão de pessoas; 4. Políticas e sistemas de informações gerenciais; 5. Governança corporativa; 6. Gestão de pessoas e sua relação com os outros sistemas de organização; 7. Função do órgão de recursos humanos, suas atribuições básicas e objetivos; 8. O indivíduo, o grupo e o sistema organizacional; 9. Liderança; 10. Comunicação; 11. Motivação; 12. Qualidade de vida; 13. Gerenciamento de conflitos; 14. Gestão da mudança; 15. Gestão da mudança. DIREITO ADMINISTRATIVO: 1. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativo: 1.1. âmbito de aplicação da Lei. 1.2. Princípios. 1.3. Agentes Públicos. 1.4. Do Processo de Licitatório; Fase Preparatória; Modalidades de Licitação; Da divulgação do Edital de Licitação. 1.5. Da Contratação direta: Do Processo da Contratação Direta: Inexigibilidade e Dispensa de Licitação. 1.6. Dos Contratos Administrativos: Da Formalização dos Contratos; Das Prerrogativas da Administração; Da Duração dos Contratos. 1.7. Das Irregularidades: Das Infrações e Sanções Administrativas; 1.8. Disposições Gerais: Do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). 2.0. Decreto Estadual nº 32.449, de 07 de março de 2023, Regulamenta Lei nº 14.133, de 2021, no âmbito do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte. 2.1. âmbito de aplicação. 2.2. Plano de Contratações Anual (PCA), 2.3. Plano de Contratações do Estado do RN (PCAE); 2.4. Dos Agentes Públicos. 2.5. Dos Gestores e Fiscais de Contratos. 2.6. Do Enquadramento dos Bens de Consumo nas Categorias de Qualidade Comum e de Luxo. 2.7. Do Procedimento Auxiliar: Sistema de Registro de Preços (SRP).

Onde se lê:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - LEGISLAÇÃO DE MEIO AMBIENTE FEDERAL E ESTADUAL CARGOS: ANALISTA AMBIENTAL, FISCAL AMBIENTAL E DIREITO

Leia-se:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – LEGISLAÇÃO.

CARGOS: ANALISTA AMBIENTAL E FISCAL AMBIENTAL.

Fica incluído:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - LEGISLAÇÃO

CARGO: ANALISTA ADMINISTRATIVO

1. Lei Estadual nº 11.902/2024: Dispõe sobre medidas de prevenção e enfrentamento ao assédio moral, sexual e outras formas de violência no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte; 2. Decreto Estadual nº 33.094/2023: Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Estadual (disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/gac/DOC/DOC00000000321088.PDF>); 3. Lei nº 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos; 4. Lei Complementar Estadual nº 303/2005: Dispõe sobre normas gerais pertinentes ao processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual (disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rn/lei-complementar-n-303-2005-rio-grande-do-norte-dispoe-sobre-normas-gerais-pertinentes-ao-processo-administrativo-no-ambito-da-administracao-publica-estadual?q=303>); 5. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000); 6. Lei Complementar nº 272/2004 e suas alterações, dispõe sobre a Política e o Sistema Estadual do Meio Ambiente, as infrações e sanções administrativas ambientais, as unidades estaduais de conservação da natureza, institui medidas compensatórias ambientais, e dá outras providências. 7. Lei nº 6.938/1981: Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente. 8. Lei nº 6.938/1981; 6. Decreto nº 99.274/1990; 9. Decreto Federal nº 6.514/2008 - Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências; 8. Lei nº 12.651/2012 – Novo Código Florestal;

Fica incluído:

II.I – DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PROVA DISCURSIVA

CARGO: ANALISTA AMBIENTAL

ÁREA DE CONHECIMENTO: AQUICULTURA

1. Fundamentos de Aquicultura. 1.1. Princípios da aquicultura e sua aplicação no contexto ambiental; 1.2. Cadeia produtiva da aquicultura no Brasil e no Rio Grande do Norte; 1.3. Espécies cultivadas em águas interiores e marinhas no RN; 1.4. Empreendimentos aquícolas e sua interface com o licenciamento ambiental. Biologia de Organismos Aquáticos. 2. Gestão e Planejamento Rural - funções administrativas, custos, indicadores econômicos/financeiros, gestão estratégica. 3. Características fisiológicas e ecológicas das principais espécies cultivadas no RN; 3.1. Exigências ambientais das espécies de interesse aquícola; 3.2. Interação entre organismos cultivados e o meio ambiente; 3.3. Avaliação técnica de espécies para fins de licenciamento e manejo. Sistemas de Cultivo e Infraestrutura Aquícola. 4. Parâmetros de qualidade da água exigidos para aquicultura; 4.1. Metodologias de monitoramento e avaliação técnica de laudos; 4.2. Impactos dos efluentes aquícolas nos corpos hídricos; 5. Avaliação de projetos industriais no contexto do licenciamento ambiental. Reprodução, Larvicultura e Laboratórios de Produção. 6. Principais enfermidades em espécies cultivadas no RN; 6.1. Boas práticas de manejo sanitário; 6.2. Uso racional de medicamentos e substâncias químicas; 6.3. Riscos ambientais relacionados à sanidade e planos de contingência. Tecnologia do Pescado e Indústrias de Beneficiamento. 7. Processamento e conservação de pescado no contexto regional; 7.1. Avaliação de projetos de indústrias de beneficiamento no RN; 7.2. Gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes industriais; 7.3. Requisitos técnicos e sanitários para licenciamento ambiental. 8. Gestão Ambiental e Licenciamento no IDEMA/RN.

ÁREA DE CONHECIMENTO: ANTROPOLOGIA

1. Fundamentos da Antropologia. 1.1. História da Antropologia e principais escolas de pensamento antropológico; 1.2. Antropologia cultural, social, biológica e linguística; 1.3. Ética na pesquisa antropológica e atuação profissional; 1.4. Abordagens qualitativas e quantitativas em pesquisa antropológica. 2. Antropologia Aplicada ao Licenciamento Ambiental. 2.1. Inserção do antropólogo em processos de licenciamento ambiental; 2.2. Elaboração e análise de relatórios técnicos e pareceres antropológicos; 2.3. Participação em Equipes Multidisciplinares de Avaliação Ambiental; 2.4. Estudos de componentes humanos em RAS, RCA, PCA, EIA/RIMA. 3. Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) e Planejamento Territorial. 3.1. Contribuições da antropologia no ZEE; 3.2. Integração de saberes locais no planejamento ambiental; 3.3. Análise da ocupação do território e relações sociais com o ambiente; 3.4. Avaliação de impactos culturais em processos de ordenamento territorial. 5. Análise Técnica e Produção de Documentos Oficiais. 5.1. Elaboração de pareceres técnicos, relatórios e laudos antropológicos; 5.2. Participação em vistorias, perícias e monitoramento ambiental; 5.3. Preparação de termos de referência para estudos culturais e arqueológicos; 5.4. Comunicação técnica com consultorias, instituições públicas e comunidade. 6. Estudos Ambientais e Demandas Institucionais. 6.1. Avaliação crítica de documentos produzidos por consultorias ambientais; 6.2. Atuação em resposta a demandas externas (MPE, MPF, PGE, entre outros); 6.3. Participação em audiências públicas e reuniões interinstitucionais; 6.4. Contribuições antropológicas para a análise integrada dos impactos ambientais.

ÁREA DE CONHECIMENTO: ARQUEOLOGIA

1. Fundamentos da Arqueologia. 1.1. História da arqueologia e principais escolas teóricas; 1.2. Arqueologia pré-histórica, histórica e subaquática; 1.3. Ética profissional e legislação referente à atuação do arqueólogo; 1.4. Arqueologia pública e sua aplicação na gestão ambiental. 2. Metodologia da Pesquisa Arqueológica. 2.1. Técnicas

de levantamento arqueológico: prospecção, escavação e mapeamento; 2.2. Registro e documentação de evidências arqueológicas; 2.3. Arqueologia de contrato e arqueologia preventiva; 2.4. Processamento e análise de dados e materiais arqueológicos. 3. Sítios Arqueológicos. 3.1. Classificação e caracterização de sítios arqueológicos; 3.2. Diagnóstico e avaliação de sítios em áreas de influência de empreendimentos; 3.3. Procedimentos técnicos para identificação e proteção de sítios; 3.4. Medidas mitigadoras e compensatórias em contextos arqueológicos. 4. Patrimônio Arqueológico e Licenciamento Ambiental. 4.1. Inserção da arqueologia nos processos de licenciamento ambiental; 4.2. Elaboração e análise de pareceres e relatórios técnicos; 4.3. Diretrizes para avaliação e monitoramento arqueológico em projetos licenciáveis; 4.4. Papel do arqueólogo em auditorias e fiscalizações ambientais. 5. Gestão do Patrimônio Arqueológico. 5.1. Inventário, conservação e salvaguarda de bens arqueológicos; 5.2. Arqueologia como ferramenta de gestão territorial e ambiental; 5.3. Integração do patrimônio arqueológico em políticas públicas ambientais; 5.4. Participação comunitária e ações de educação patrimonial. 6. Análise de Estudos Ambientais. 6.1. Avaliação de Relatório Ambiental Simplificado (RAS), Relatório de Controle Ambiental (RCA), Plano de Controle Ambiental (PCA), Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA); 6.2. Participação em equipes multidisciplinares de análise ambiental; 6.3. Elaboração de termos de referência para estudos arqueológicos; 6.4. Avaliação de estudos técnicos produzidos por consultorias ambientais. 7. Análise Técnica e Produção de Documentos Oficiais. 7.1. Elaboração de pareceres técnicos, laudos, relatórios e vistorias; 7.2. Realização de perícias e auditorias ambientais com foco arqueológico; 7.3. Comunicação institucional e técnica com consultorias e órgãos públicos; 7.4. Resposta a demandas externas como MPE, MPF, PGE, entre outros. 8. Monitoramento Arqueológico em Empreendimentos. 8.1. Acompanhamento técnico de obras e intervenções com potencial impacto arqueológico; 8.2. Registro e salvamento de material arqueológico durante a execução de empreendimentos; 8.3. Medidas emergenciais em caso de achados fortuitos; 8.4. Relatórios de conformidade arqueológica e encaminhamentos ao IPHAN.

ÁREA DE CONHECIMENTO: ARTE EDUCADOR

1. Abordagens contemporâneas de ensino de artes 2. Movimentos artísticos da Arte Contemporânea 3. Conceitos e técnicas de desenho: proporção, perspectiva, texturas naturais e gráficas e luz e sombra 4. Conceito e técnicas de fotografia digital e fotografia analógica (cianotipia, antotipia e processos de revelação de imagem) 5. Teoria da cor: contrastes cromáticos e interação da cor.

ÁREA DE CONHECIMENTO: ARQUITETURA

1. Avaliação técnica de projetos urbanísticos e arquitetônicos no contexto ambiental (interpretação, análise de inserção urbana, impactos ambientais e urbanísticos); 2. Métodos e técnicas de desenho e projeto (NBR 6492:2021 e NBR 16636-2:2017 e NBR 16537:2024 – acessibilidade em espaços urbanos); 3. Arquitetura bioclimática e conforto ambiental aplicado a empreendimentos urbanos; 4. Acessibilidade Universal (de acordo com a NBR 9050/9050/2020 e Lei nº 10.098/2000); 5. NBR 9077/2001 - Saídas de Emergência em Edifícios (aplicável na análise de segurança em projetos urbanísticos e edificações submetidos ao licenciamento); 6. Drenagem; 7. Sistemas de esgotamento sanitário; 8. Constituição Federal - arts. 182 e 183; 9. Estatuto da Cidade; 10. Planos diretores (com ênfase nas regulamentações específicas para o Rio Grande do Norte); 11. Estatuto da Metrópole (Lei nº 13.089/2015); 12. Avaliação técnica e elaboração de laudos urbanísticos e ambientais no contexto de análise de empreendimentos urbanos; 13. Noções de sustentabilidade e meio ambiente: Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981); organização do Sisnama; licenciamento ambiental no Rio Grande do Norte; avaliação dos impactos no meio ambiente; Estudos Ambientais (RAS, RCA, PCA, EIA/RIMA); infraestrutura verde e azul; soluções baseadas na natureza (SbN); Selos nacionais AQUA e Procel Edifica e selo LEED/GBC-Brasil; 14. Análise de inserção urbana, análise de paisagem e avaliação dos impactos urbanísticos e ambientais de empreendimentos, incluindo, estudos de topografia, movimentação de terra (corte/aterro/compensação); 15. Análise e Interpretação de Projetos de infraestrutura urbana: saneamento, drenagem, mobilidade, acessibilidade, sistema viário, paisagismo e gestão de resíduos.

ÁREA DE CONHECIMENTO: BIOLOGIA

1. Ecologia Geral. 2. Limnologia. 3. Ficologia. 4. Microbiologia de água, esgoto e resíduos sólidos. 5. Gestão de recursos hídricos no contexto do Rio Grande do Norte, com ênfase no Plano Estadual de Recursos Hídricos e nos principais corpos hídricos do estado. 6. Legislação ambiental (Resoluções CONAMA 357/2005, CONAMA 430/2011, CONAMA 396/2008, Lei Estadual nº 10.146, de 22 de dezembro de 1998; Decreto Estadual nº 25.274, de 17 de agosto de 2000; Lei Estadual nº 9.250, de 30 de setembro de 2007). 7. Manejo e preservação de mananciais. Indicadores de qualidade de água, físicos, químicos e biológicos 8. Avaliação e interpretação de resultados de testes laboratoriais com amostras de água. 9. Interpretação de dados estatísticos sobre padrões de qualidade da água. 10. Princípios metodológicos de análises aplicados em água, esgoto e lodo, para atendimento à Port. Cons. do Min. Saúde 5/2017 - Anexo XX (alterado pelas Portarias 888 e 2472 de 2021). 11. Princípios básicos da biossegurança para laboratório de Microbiologia/hidrobiologia. 12. Lei Estadual nº 10.146, de 22 de dezembro de 1998. 17. Decreto Estadual nº 25.274, de 17 de agosto de 2000. 13. Lei Estadual nº 9.250, de 30 de setembro de 2007. 14. Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012. 15. Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999. 16. Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. 17. Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

ÁREA DE CONHECIMENTO: ECOLOGIA

1. Diagnóstico ambiental: 1.1. Levantamento e análise de componentes do meio físico, biótico e socioeconômico; 1.2. Técnicas de mapeamento e caracterização da paisagem; 1.3. Identificação de impactos ambientais e vulnerabilidades ecológicas. 2. Licenciamento ambiental: 2.1. Tipos de licença e fases do processo de licenciamento; 2.2. Elaboração e análise de estudos ambientais: RAS, RCA, PCA, EIA/RIMA, PRAD, EAR; 2.3. Termos de referência para estudos ambientais; 2.4. Legislação ambiental aplicável ao licenciamento. 3. Avaliação de impacto ambiental: 3.1. Métodos de previsão e análise de impactos; 3.2. Planos de mitigação, monitoramento e compensação ambiental; 3.3. Participação pública e controle social em processos de AIA. 4. Planejamento e manejo de ecossistemas: 4.1. Planos de manejo de Unidades de Conservação; 4.2. Projetos de recuperação de áreas degradadas; 4.3. Manejo de espécies exóticas e invasoras; 4.4. Restauração ecológica e técnicas de revegetação. 5. Geoprocessamento e sensoriamento remoto aplicados ao meio ambiente: 5.1. Sistemas de Informação Geográfica (SIG); 5.2. Sensoriamento remoto e interpretação de imagens; 5.3. Aplicações no zoneamento ecológico-econômico e planejamento territorial.

ÁREA DE CONHECIMENTO: AGRONOMIA

1. Resolução Conama nº 357 de 17 de março de 2005 e Resolução Conama nº 430 de 13 de maio de 2011. 2. Código Florestal (Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012). 3. Lei Federal nº 7.803/89. 4. Lei Complementar Estadual nº 272/2004 do Rio Grande do Norte, que institui a Política Estadual do Meio Ambiente e define instrumentos de gestão ambiental no estado. 5. Lei Complementar Estadual nº 495/2013 do Rio Grande do Norte, que regulamenta o licenciamento ambiental eletrônico no âmbito do IDEMA RN. 6. Resolução Conjunta CONEMA/CONERH nº 01/2008, que integra as políticas de licenciamento e outorga de recursos hídricos no Rio Grande do Norte. 7. Legislação de Recursos Hídricos (Lei Federal nº 9.433/97). 8. Lei Estadual nº 6.908/96 do Rio Grande do Norte e demais decretos estaduais que estruturam a Política Estadual de Recursos Hídricos, incluindo os Comitês de Bacia Hidrográfica e os instrumentos de gestão das águas. 9. Hidrologia e Manejo de Bacias Hidrográficas: introdução à hidrologia, ciclo hidrológico, escoamento, evaporação e evapotranspiração, delimitação de bacias hidrográficas em cartas planialtimétricas, curva hipsométrica, curva de declividade, cálculo dos principais coeficientes característicos das bacias hidrográficas, divisão da bacia hidrográfica segundo a declividade dos solos, delimitação das áreas de utilização especial e proteção permanente. 10. Avaliação de impacto ambiental: conceitos básicos, metodologia geral, identificação dos elementos, medidas de mitigação, EIA-RIMA, estudos ambientais exigidos pelo IDEMA RN, normas federais e estaduais aplicáveis. 11. Ecologia: histórico, a biosfera e seu equilíbrio, efeitos da tecnologia sobre o equilíbrio ecológico, poluição, preservação e conservação dos recursos naturais, variabilidade e diversidade das espécies vegetais, fatores do meio ambiente, ciclagem de nutrientes, a comunidade e o ecossistema agrícola, competição, sucessão e rotação de culturas, zoneamentos ecológicos.

ÁREA DE CONHECIMENTO: ENGENHEIRO AMBIENTAL

1. Lei Federal nº 6.938/1981: Política Nacional do Meio Ambiente. 2. Lei Federal nº 9.433/1997: Política Nacional de Recursos Hídricos. 3. Lei Federal nº 9.605/1998: Lei de crimes ambientais. 4. Resolução Conama nº 001/1986:

Avaliação de impacto ambiental. 5. Resolução Conama nº 357/2005 (alterada pelas Resoluções nº 393/2007, 397/2008, 410/2009 e 430/2011): Classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes. 6. Resolução Conama nº 237/97: Licenciamento Ambiental. 7. Resolução Conama nº 404/2008: Licenciamento ambiental de aterro sanitário de pequeno porte. 8. Resolução Conama nº 01/1990: Dispõe sobre a poluição sonora. 9. Lei Estadual nº 11.669/2024: Resíduos Sólidos no Estado do Rio Grande do Norte. 10. Lei Estadual nº 6908/1996: Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos. 11. Lei Federal nº 11.107/2005: Lei dos consórcios públicos. 12. Lei Federal nº 12.305/2010: Política Nacional de Resíduos Sólidos. 13. Lei Federal nº 9985/2000: Sistema Nacional de Unidades de Conservação. 14. Lei Estadual nº 272/2004: Política e o Sistema Estadual do Meio Ambiente. 15. Lei Estadual nº 7.871/2000: Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Oriental do Rio Grande do Norte.

ÁREA DE CONHECIMENTO: ENGENHARIA CIVIL

1. Obras e projetos complementares: 1.1. Fundações, contenções, hidrossanitário, proteção contra incêndio, águas pluviais e estrutural; 1.2. Levantamento Geotécnico; 1.3. Acessibilidade em edificações; 1.4. Desempenho das edificações; 1.5. Análise e interpretação de projeto arquitetônico e complementares; 1.6. Conhecimentos sobre a Plataforma BIM; 1.7. Instalações de prevenção e combate ao incêndio. 2. Orçamento de Obras: 2.1. Levantamento de Quantitativos; 2.2. Levantamento de custos: Planilhas Oficiais (SINAPI, SICRO, PREDI, CUB, IBGE, etc) e cotações; 2.3. Composições Unitárias de Custo; 2.4. Cálculo de custo: Custos diretos e indiretos, impostos, lucro, leis sociais, determinação do BDI; 2.5. Curva ABC; 2.6. Ferramentas para desenvolvimento de orçamentos; 2.7. Estrutura típica de uma planilha orçamentária; 2.8. Planejamento e controle de obras; 2.9. Cronograma físico-financeiro; 2.10. PERT-CPM; 2.11. Orçamentos aproximados (avaliações e estimativas); 2.12. Orçamento detalhado e analítico. 3. Normas: 3.1. Lei Federal nº 14.133/2021; 3.2. Decreto Estadual RN nº 29.618/2009 e suas alterações (ou outras normas estaduais pertinentes); 3.3. Acórdãos do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN); 3.4. Contratação de Obras Públicas: 3.4.1. Etapas da licitação: 3.4.1.1. Estudo Técnico Preliminar; 3.4.1.2. Termo de Referência; 3.4.1.3. Projeto básico; 3.4.1.4. Regimes de execução: Empreitada por preço unitário x empreitada por preço global; 3.4.1.5. Habilitação técnica; 3.5. Desperdícios; 3.6. Índices de Atualização de Custos na Construção Civil: CUB-RN (Custo Unitário Básico do Rio Grande do Norte); 3.7. Normas da ABNT na construção civil. 4. Organização de canteiros de obras: 4.1. Controle de obras: controle de prazos, produção, produtividade, qualidade, custos, recursos físicos e recursos financeiros; 4.2. Gerenciamento e Fiscalização de obras; 4.3. Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (NR'S); 4.4. Noções de segurança do trabalho. 5. Construção de edifícios: 5.1. Alvenarias; 5.2. Revestimentos; 5.3. Esquadrias; 5.4. Coberturas; 5.5. Pisos; 5.6. Pinturas; 5.7. Impermeabilização; 5.8. Processos de impermeabilização e adequação do processo a cada situação; 5.7. Isolamento térmico. 6. Resistência dos materiais: 6.1. Deformações; 6.2. Teoria da elasticidade; 6.3. Análise de tensões; 6.4. Flexão simples; 6.5. Flexão composta; 6.6. Torção; 6.7. Cisalhamento; 6.8. Flambagem; 6.9. Círculo de Mohr; 6.10. Linha elástica. 7. Análise estrutural: 7.1. Esforço normal; 7.2. Esforço cortante; 7.3. Torção e momento fletor; 7.4. Estudos das estruturas isostáticas; 7.5. Vigas simples, 7.6. Vigas Gerber; 7.7. Pórticos; 7.8. Quadros; 7.9. Arcos; 7.10. Treliças; 7.11. Deformações e deslocamentos em estruturas isostáticas; 7.12. Linhas de influência em estruturas isostáticas; 7.13. Esforços sob ação de carregamento; 7.14. Variação de temperatura; 7.15. Movimentos nos apoios.

ÁREA DE CONHECIMENTO: ENGENHARIA ELÉTRICA

1. Materiais elétricos industriais de alta e baixa tensão. 2. Dimensionamento de equipamentos elétricos de força, proteção, comando e medição. 3. Projetos de sistemas industriais. 4. Projetos de sistemas de comando automático, manual e de controle operacional. 5. Análise de projetos elétricos de força, comando e proteção. 6. Manutenção corretiva, preventiva e preditiva em sistemas elétricos industriais. 7. Conhecimento de Normas de B.T. (ABNT NBR 5410:2004) e M.T. (ABNT NBR 14039:2005).

ÁREA DE CONHECIMENTO: ENGENHARIA FLORESTAL

1. Ecologia Florestal: 1.1. Equilíbrio dos ecossistemas e impactos da intervenção antrópica; 1.2. Poluição, conservação e manejo dos recursos naturais; 1.3. Ciclagem de nutrientes e dinâmica dos ecossistemas (competição, sucessão, sítio); 1.4. Formações florestais do Brasil. 2. Antropologia Rural: 2.1. Relação entre sociedade e meio ambiente no meio rural; 2.2. Expansão urbana e impactos sobre o uso do solo e a agricultura; 2.3. Modos de organização social e relações de trabalho no meio rural. 3. Climatologia e Meteorologia Florestal: 3.1. Elementos climáticos: temperatura, umidade, vento e precipitação; 3.2. Relações planta-atmosfera e balanço hídrico; 3.3. Influência do clima na conservação e no manejo florestal. 4. Legislação Agrária, Ambiental e de Recursos Hídricos: 4.1. Código Florestal (Leis Federais nº 12.651/2012 e nº 12.727/2012) - APP, Reserva Legal e uso sustentável; 4.2. Resolução CONAMA nº 357/2005 - padrões de qualidade da água; 4.3. Lei nº 9.433/1997 - Política Nacional de Recursos Hídricos; 4.4. Lei Estadual nº 10.360/2007 (RN) e decretos correlatos. 5. Sementes e Viveiros Florestais: 5.1. Coleta, beneficiamento e armazenamento de sementes florestais; 5.2. Planejamento e gestão de viveiros: preparo, semeadura, adubação, controle de qualidade e produção de mudas. 6. Conservação da Natureza e Paisagismo: 6.1. Planejamento do uso da terra e recuperação de áreas degradadas; 6.2. Manejo de mananciais e conservação de fauna e flora; 6.3. Avaliação de impactos ambientais; 6.4. Paisagismo e arborização urbana. 7. Difusão e Comunicação Florestal: 7.1. Extensão ambiental junto a comunidades rurais e pequenos produtores; 7.2. Técnicas de comunicação para educação ambiental e sensibilização; 7.3. Análise de viabilidade e custos em projetos ambientais. 8. Formações florestais do Brasil e suas dinâmicas.

ÁREA DE CONHECIMENTO: ENGENHARIA DE MINAS

1. Mineração. 1.1. Impactos ambientais da mineração; 1.2. Geologia econômica; 1.3. Prospecção mineral; 1.4. Legislação mineral e ambiental; 1.5. Planejamento e desenvolvimento de minas; 1.6. Avaliação de jazidas; 1.7. Lavra de mina subterrânea; 1.8. Lavra de mina a céu aberto; 1.9. Perfuração e desmonte de rochas; 1.10. Segurança na mineração. 2. Geotecnia aplicada à mineração. 2.1. Estabilidade de taludes; 2.2. Desenvolvimento de infraestruturas; 3.3. Análise de riscos geotécnicos. 4. Governança no setor público e no setor de mineração. 4.1. Papel e importância da governança no setor público; 4.2. Governança, transparência e accountability; 4.3. Governança e governabilidade; 4.4. Princípios da governança pública. 5. Legislação. 5.1. Decreto-Lei nº 227/1967 (Código de Mineração); 5.2. Decreto-Lei nº 7.841/1945; 5.3. Decreto nº 85.064/1980; 5.4. Decreto nº 9.406/2018; 5.5. Decreto-Lei nº 4.146/1942; 5.6. Lei nº 6.567/1978; 5.7. Lei nº 7.805/1989; 5.8. Lei nº 8.001/1990 e Lei nº 13.540/2017 (CFEM); 5.9. Lei nº 12.334/2010, alterada pela Lei nº 14.066/2020; 5.10. Lei nº 13.575/2017; 5.11. Portaria DNPm nº 155/2016; 5.12. Resolução ANM nº 01/2018; 5.13. Resolução ANM nº 24/2020; 5.14. Resolução ANM nº 68/2020; 5.15. Resolução ANM nº 85/2021; 5.16. Resolução ANM nº 94/2022; 5.17. Resolução ANM nº 95/2022; 5.18. Resolução ANM nº 103/2022; 5.19. Resolução ANM nº 122/2022; 5.20. Resolução ANM nº 142/2023; 5.21. Lei nº 6.938/1981; 5.22. Lei Complementar nº 140/2011. 6. Processo regulatório e monitoramento ambiental na mineração. 6.1. Análise de impacto regulatório (AIR); 6.2. Análise de resultado regulatório (ARR); 6.3. Processo de participação e controle social (PPCS); 6.4. Monitoramento ambiental de atividades mineradoras e de exploração mineral; 6.5. Elaboração de laudos e pareceres técnicos sobre impacto ambiental de empreendimentos de mineração; 6.6. Análise de planos de pesquisa mineral e mapeamentos geológicos; 6.7. Avaliação de projetos de sondagens, prospecção geofísica e geoquímica; 6.8. Interpretação de trabalhos de pesquisa mineral e projetos de utilização de águas subterrâneas; 6.9. Estudos hidrogeológicos de jazidas e minas; 6.10. Modelamentos geológicos e cubagem de jazidas; 6.11. Avaliação e monitoramento de projetos de minas a céu-aberto e subterrâneas; 6.12. Perfuração de poços e captação de águas minerais; 6.13. Avaliação de projetos de drenagem de mina e exaustão de água das minas; 6.14. Dimensionamento de projetos de ventilação de mina e equipamentos de instalação; 6.15. Avaliação e monitoramento de desmonte de rochas com uso de explosivos; 6.16. Monitoramento de taludes, pilares e aberturas em lavras subterrâneas; 6.17. Monitoramento de maciços rochosos em minas a céu aberto e subterrâneas; 6.18. Acompanhamento de projetos de depósitos de rejeitos e recuperação de áreas degradadas; 6.19. Participação na avaliação de RAS, RCA, PCA, EIA/RIMA e outros estudos ambientais; 6.20. Elaboração de termos de referência para estudos ambientais e demandas externas, como MPE, MPF, PGE.

ÁREA DE CONHECIMENTO: ENGENHARIA DE PETRÓLEO E GÁS

1. Química básica. 1.1. Conceito de densidade e massa específica; 1.2. Conceito de viscosidade. 2. Fundamentos da geologia de petróleo. 2.1. Origem do petróleo; 2.2. Constituintes do petróleo; 2.3. Composição e classificação

do petróleo. 3. Reservatórios de petróleo. 3.1. Classificação de reservatórios; 3.2. Propriedades físicas das rochas: porosidade; permeabilidade absoluta, efetiva e relativa; compressibilidade; saturação de fluidos; capilaridade; mobilidade; 3.3. Fluidos produzidos: tipos de fluidos do reservatório, densidade, viscosidade, tensão superficial, compressibilidade; 3.4. Mecanismos de produção e de recuperação secundária e avançada. 4. Aspectos ambientais aplicados à indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis. 4.1. Licenciamento ambiental de atividades de exploração, produção, refino, transporte e comercialização; 4.2. Monitoramento e fiscalização ambiental em empreendimentos petrolíferos e postos de combustíveis; 4.3. Análise e elaboração de pareceres técnicos e relatórios ambientais; 4.4. Avaliação de impactos ambientais e mitigação de riscos associados à indústria de petróleo e gás; 4.5. Participação na elaboração de RAS, RCA, PCA, EIA/RIMA e EAR. 5. Normas técnicas e legislações ambientais aplicáveis ao setor de óleo, gás e combustíveis. 5.1. Termos de referência para estudos ambientais; 5.2. Demandas de órgãos de controle como MPE, MPF e PGE; 5.3. Zoneamentos ambientais para uso sustentável dos recursos naturais. 6. Gestão e recuperação ambiental em áreas impactadas por atividades de exploração e produção de petróleo e gás. 6.1. Técnicas de monitoramento e remediação; 6.2. Planos de emergência e contingência ambiental; 6.3. Auditorias ambientais.

ÁREA DE CONHECIMENTO: ENGENHARIA QUÍMICA

1. Química Geral, Química Inorgânica, Química Orgânica e Físico-química; 2. Estatística: 2.1 Estatística Descritiva, 2.2 Probabilidades, 2.3 Inferência estatística; 3.3 Normas e Segurança em Laboratório; 4. Fenômenos de Transportes: transporte de momento, calor e massa; 5. Termodinâmica: 5.1 Termodinâmica de soluções, 5.2 Primeira e segunda lei da termodinâmica, 5.3 Sistemas bifásicos, 5.4 Equilíbrio líquido-vapor, 5.5 Equações de estado; 6. Balanços de massa e energia; 7. Operações Unitárias da Engenharia Química: 7.1 Princípios e Aplicações; 7.2 Destilação, 7.3 Secagem, 7.4 Ciclones e hidro ciclones, 7.5 Extração; 7.6 Adsorção; 7.7 Filtração, 7.8 Técnicas de separação por membranas; 7.9 Trocadores de calor; 7.10 Análise granulométrica e Peneiramento; 7.11 Centrifugação; 7.12 Evaporação e Evaporadores; 8. Cinética Química; 9. Reatores Químicos: 9.1 Conversão, 9.2 Reações homogêneas e heterogêneas, 9.3 Lei de Arrhenius, 9.4 Tempo de residência e velocidade espacial, 9.5 Reator em batelada, 9.6 Reator de mistura perfeita (CSTR), 9.7 Reator pistonado (PFR), 9.8 Reator de leito recheado (PBR). 9.9 Adsorção. 9.10 Influência de pressão e temperatura na adsorção, 9.11 Associação de reatores; 10. Química Ambiental.

ÁREA DE CONHECIMENTO: ENGENHARIA SANITARISTA

1. Lei nº 6938 de 31/08/1981: Política Nacional do Meio Ambiente; 2. Lei nº 8987 de 13/02/1996 e Lei nº 9074 de 07/07/95: Concessões de serviços públicos e de obras públicas; 3. Resolução CONAMA nº 001/86: EIA/RIMA; 4. Resolução CONAMA nº 237/97: Licenciamento Ambiental; 5. Lei nº 12.305 de 02/08/2010: Política Nacional de Resíduos Sólidos; 6. Decreto nº 4.074/2002 e Decreto nº 10.833/2021: Agrotóxicos; 7. Lei nº 14.026/2020: Marco legal do saneamento.

ÁREA DE CONHECIMENTO: ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO

1. Normas regulamentadoras e seus anexos: 1.1. NR 01 - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais; 1.2. NR 06 - Equipamentos de Proteção Individual - EPI; 1.3. NR 09 - Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos; 1.4. NR 15 - Atividades e Operações Insalubres; 1.5. NR 16 - Atividades e Operações Perigosas; 1.6. NR 33 - Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados; 2. Agentes e/ou Fatores de Risco com respectivas Doenças Relacionadas ao Trabalho.

ÁREA DE CONHECIMENTO: GEOGRAFIA

1. Geografia Geral do Brasil. 2. Geografia Física, Geomorfologia, Biogeografia. 3. Geografia Humana, Geografia Econômica, Geografia Urbana e Regional. 4. Noções de Cartografia digital, Sensoriamento remoto, Hidrografia, Climatologia, Topografia. 5. Quantificação em Geografia; 5.1. Técnicas de Levantamento de dados - documentos cartográficos digitais; 5.2. Entrevistas. 5.3. Questionários. 5.4. Coleta de dados em Banco de Dados Agregados; 5.5. Metodologias de coleta de dados em trabalho de campo; 5.6. Tratamento de dados quantitativos - qualitativos e sua representação territorial; 6. Construção de indicadores socioeconômicos e ambientais. 7. Metodologia de análise territorial diagnóstica e prognóstica. 8. Sistemas de Informações Geográficas no planejamento. Metodologias para localização de equipamentos urbanos. 9. Normas que regulamentam a elaboração de relatórios técnicos. Análise e elaboração de relatórios técnicos, pareceres ambientais e perícias judiciais. 10. Elaboração de especificações técnicas para contratação de serviços e estudos ambientais. 11. Estudos de Impactos Ambientais e relatório de impacto ambiental.

ÁREA DE CONHECIMENTO: GEOLOGIA

1. Generalidades: propriedades ópticas, químicas e físicas dos minerais. 2. Os principais minerais formadores de rochas. 2.1. Rochas magnéticas, sedimentares e metamórficas. 2.2. Nomenclatura das rochas. 2.3. A crosta terrestre. 2.4. Generalidades: o intemperismo sobre rochas e minerais. 3. Decomposição química- Biológica. 4. Noções sobre formação de solos. 4.1. Área subterrânea e de superfície. 5. Generalidades: o ciclo hidrológico. 5.1. Características químicas e físicas da água. 5.2. A concentração do ION hidrogênio (PH). Acidez. Alcalinidade. Outras constituições iônicas. 5.3. Noções básicas sobre técnicas analíticas dos constituintes da água. 5.4. Fases de um rio. 5.5. Transporte de material pelas correntes de água. 5.6. Erosão e sedimentação fluvial. 5.7. Padrões básicos de drenagem. 6. Geologia Geral/Cartografia. 6.1. Generalidades: Noções sobre construção e interpretação de mapas geológicos. 7. O relatório de impacto ambiental - RIMA. 8. licenciamento ambiental e a revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras – LAP, LAI, LAO. 9. A criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelos Poderes Públicos, Federal, Estadual denominadas áreas naturais protegidas. 10. Lei Federal 12.651/2012- Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências.

ÁREA DE CONHECIMENTO: GESTÃO AMBIENTAL

1. Fundamentos da Gestão Ambiental. 1.1. Princípios e objetivos da gestão ambiental; 1.2. Evolução do pensamento ambiental e sustentabilidade; 1.3. Conceitos de prevenção, mitigação, compensação e recuperação ambiental; 1.4. Papel do gestor ambiental em órgãos públicos e no licenciamento ambiental. Meio Ambiente e Atividades Antrópicas. 2.1. Interações entre atividades humanas e os componentes do meio ambiente; 2.2. Tipos de empreendimentos e seus impactos ambientais: indústrias, turismo, mineração, serviços, entre outros; 2.3. Avaliação de viabilidade ambiental de projetos; 2.4. Diagnóstico ambiental e zoneamento ambiental aplicado à gestão territorial. Licenciamento e Monitoramento Ambiental. 3.1. Tipos e etapas do licenciamento ambiental; 3.2. Elaboração, análise e interpretação de relatórios técnicos: RAS, RCA, PCA, EIA/RIMA; 3.3. Monitoramento ambiental de empreendimentos licenciados; 3.4. Participação em equipes multidisciplinares e elaboração de termos de referência. Sistemas de Gestão Ambiental. 4.1. Implantação e manutenção de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA); 4.2. Ferramentas de gestão: PDCA, ISO 14001, auditorias e indicadores ambientais; 4.3. Planejamento e gestão de resíduos sólidos, efluentes e emissões atmosféricas; 4.4. Responsabilidade socioambiental e melhoria contínua. Tecnologias Ambientais e Sustentabilidade. 5.1. Tecnologias limpas e produção mais limpa; 5.2. Alternativas tecnológicas para prevenção e mitigação de impactos; 5.3. Recuperação de áreas degradadas e reabilitação ambiental; 5.4. Soluções baseadas na natureza (SBN) e inovação ambiental. Gestão de Recursos Naturais. 6.1. Uso racional da água, solo, biodiversidade e energia; 6.2. Avaliação da capacidade de suporte dos ecossistemas; 6.3. Indicadores de qualidade ambiental e sustentabilidade; 6.4. Instrumentos de gestão ambiental no contexto da administração pública. Educação Ambiental e Participação Social. 7.1. Avaliação ambiental de empreendimentos industriais, comerciais, educacionais, turísticos e minerários; 7.2. Planejamento ambiental em grandes projetos de infraestrutura; 7.3. Avaliação de desempenho ambiental em empreendimentos diversos; 7.4. Gestão ambiental integrada e certificações ambientais. Análise Técnica e Produção de Documentos Oficiais. 9.1. Elaboração de pareceres técnicos, relatórios e laudos ambientais; 9.2. Participação em vistorias, perícias e auditorias técnicas; 9.3. Análise crítica de estudos produzidos por consultorias ambientais; 9.4. Resposta a demandas externas como MPE, MPF, PGE, entre outros.

ÁREA DE CONHECIMENTO: OCEANOGRAFIA

1. Fundamentos da Oceanografia. 1.1. Interface entre oceanografia e meio ambiente; 1.3. Aplicações da oceanografia em licenciamento e gestão ambiental. 2. Oceanografia Física. 2.1. Dinâmica de correntes marinhas, marés e ondas; 2.2. Modelagem hidrodinâmica e previsão de fenômenos físicos. 3. Oceanografia Química. 3.1. Poluentes químicos e contaminantes no ambiente costeiro; 3.4. Monitoramento e interpretação de parâmetros químicos em

relatórios ambientais. 4. Oceanografia Biológica. 4.1. Fitoplâncton, zooplâncton, bentos e comunidades neotônicas; 4.2. Avaliação de impactos sobre comunidades biológicas marinhas; 4.3. Indicadores biológicos de qualidade ambiental. 5. Estudos Ambientais e Licenciamento. 5.1. Elaboração e avaliação de RAS, RCA, PCA, EIA/RIMA em áreas marinhas e costeiras; 5.2. Participação em equipes multidisciplinares de licenciamento ambiental; 5.3. Emissão de pareceres técnicos, laudos e relatórios ambientais; 5.4. Análise técnica de documentos produzidos por consultorias.

ÁREA DE CONHECIMENTO: PEDAGOGIA

1. Conceitos e princípios da Educação Ambiental. 2. Educação Ambiental formal, não formal e informal. 3. Legislação e políticas públicas sobre educação ambiental no Brasil (Lei nº 9.795/1999, PNEA; CONAMA nº 422/2010). 4. Agenda 21 e Objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS). 5. Projetos interdisciplinares em Educação Ambiental. 6. Metodologias ativas e participativas aplicadas à Educação Ambiental. 7. Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981). 8. Instrumentos de gestão ambiental e técnico-operativos. 9. Justiça ambiental, sociedade, mobilização social em projetos ambientais e educação popular. 10. Elaboração, monitoramento e avaliação de projetos educativos ambientais. 11. Interação entre comunidade, pesquisadores e gestão de UCs. 12. Abordagens metodológicas para a educação ambiental participativa. 13. Elaboração, proposição e avaliação de projetos pedagógicos voltados à educação ambiental em Unidades de Conservação. 14. Capacitação e orientação de pesquisadores e agentes nas Unidades de Conservação. 15. Produção técnica-pedagógica com foco na educação ambiental.

ÁREA DE CONHECIMENTO: QUÍMICA

1. Equipamentos de proteção individual e coletiva utilizados em atividades laboratoriais e de campo, especialmente no monitoramento ambiental de empreendimentos industriais, postos de combustíveis e áreas impactadas por produtos químicos perigosos. 2. Técnicas de análise química e físico-química aplicadas à caracterização ambiental: 2.1. Gravimetria; 2.2. Turbidimetria; 2.3. Espectrofotometria UV-Vis; 2.4. Cromatografia gasosa (GC); 2.5. Cromatografia gasosa com detector de massa (GC-MS); 2.6. Cromatografia líquida de alta eficiência (HPLC); 2.7. Potenciometria; 2.8. Titulometria; 2.9. Cromatografia iônica; 2.10. Espectrometria de emissão óptica com plasma induzido (ICP-OES); 2.11. Espectrometria de massa com plasma indutivamente acoplado (ICP-MS). 3. Princípios metodológicos de análises aplicados a água, efluentes e solos contaminados: 3.1. DBO – Demanda Bioquímica de Oxigênio (teste de 5 dias); 3.2. DQO - Demanda Química de Oxigênio (dicromato); 3.3. Determinação de fosfato, sulfato, detergentes aniônicos e metais pesados; 3.4. Compostos orgânicos voláteis e semi-voláteis; 3.5. Hidrocarbonetos Totais de Petróleo (HTP) em solo e água. 4. Gestão e controle da qualidade em laboratórios ambientais: 4.1. NBR ISO/IEC 17025 - Requisitos gerais para competência de laboratórios de ensaio e calibração; 4.2. Validação e verificação de métodos analíticos; 4.3. Ensaio de proficiência e auditorias internas; 4.4. Acreditação e certificação laboratorial. 5. Legislação, normas e regulamentações ambientais aplicáveis ao RN: 5.1. Resolução CONEMA/RN nº 04/2009 - Dispõe sobre atividades de impacto ambiental local no Estado do RN; 5.2. Resolução CONEMA/RN nº 04/2011 - Atualiza a tipificação de empreendimentos por porte e potencial poluidor; 5.3. Complementação estadual às Resoluções CONAMA nº 357/2005, nº 396/2008 e nº 430/2011 por meio das normas técnicas do IDEMA/SEMARH; 5.4. Decreto Estadual nº 15.293, de 25 de janeiro de 2001 – Dispõe sobre o licenciamento ambiental no Estado do Rio Grande do Norte; 5.5. Portaria GM/MS nº 888, de 2021 – Estabelece os padrões de qualidade da água potável; 5.6. Portaria GM/MS nº 2.472, de 2021 – Diretrizes nacionais para o plano de amostragem da vigilância da qualidade da água. 6. Estudos ambientais e aplicação da química: 6.1. Participação na elaboração, avaliação e fiscalização de estudos ambientais, como RAS, RCA, PCA, EIA/RIMA e EAR; 6.2. Utilização de análises químicas e físico-químicas na elaboração de pareceres técnicos, perícias, auditorias e laudos ambientais.

CARGO: FISCAL AMBIENTAL

1. Tipos de licenças ambientais e de autorizações de supressão vegetal e de captura de fauna; monitoramento ambiental; 2. Unidades de conservação; 3. Conceitos: ação compensadora, ação mitigadora; 4. Princípios da precaução e da prevenção; 5. Avaliação de impacto ambiental: análise, avaliação e gerenciamento de riscos; 6. Planejamento e resposta a emergências; 7. Plano de ação de emergência; 8. Auditoria ambiental: conceito, auditoria ambiental de conformidade, auditoria ambiental de natureza operacional, auditoria ambiental de desempenho operacional; 9. Poluição da água, do ar e do solo: principais formas, efeitos sobre a saúde e o meio ambiente, formas de controle e monitoramento; 10. Recuperação de áreas degradadas (conceitos, métodos e técnicas); 11. Resíduos sólidos (conceito, reciclagem, tratamento e disposição final); 12. Noções de ecologia; 13. Competência para fiscalizar; 14. Atuação em caráter supletivo nas ações administrativas de fiscalização ambiental; 15. Infrações ambientais: conceito, gravidade, apuração, sanções, 16. Termo de Ajustamento de Conduta (TAC); 17. Legislação aplicável: Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente) e suas alterações; Resolução CONAMA nº 237/1997; 17.1. Lei complementar Nº 495, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2013; 17.2. Resoluções CONAMA nº 357/2005, nº 430/2011; 17.3. Lei nº 9.985/2000 (SNUC); 17.4. Lei nº 9.795/1999 (Política Nacional de Educação Ambiental) e suas alterações; 17.5. Lei nº 7.661/1988, Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e suas alterações; 17.5. Lei nº 12.651/2012 (Novo Código Florestal) e suas alterações; 17.6. Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) e suas alterações; 17.8. ABNT NBR ISO 14001:2015; 17.9. Lei nº 12.305/2010 (PNRS) e suas alterações.

CARGO: ANALISTA ADMINISTRATIVO

ÁREA DE CONHECIMENTO: ADMINISTRAÇÃO

1. Fundamentos da administração: fundamentos da organização; evolução histórica; significado da administração; Relação entre a evolução do pensamento administrativo e as funções da administração (planejar, organizar, dirigir e controlar). Administração como prática social e política: contribuições para o setor público; 2. Administração estratégica: o papel do gerente na administração da qualidade balanced scorecard e técnicas de análise organizacional; Planejamento estratégico no setor público: formulação, implementação e monitoramento (estratégico, tático e operacional); Governança pública e accountability: princípios, práticas e desafios nas políticas públicas; Relação entre função administrativa e legalidade, impessoalidade e eficiência (Princípios da Administração Pública - art. 37 da CF/88). 3. Novos paradigmas da administração: ética e responsabilidade social das empresas; Tecnologia Organizacional - Sistemas de Informações; Responsabilidade social e sustentabilidade no setor público. Transformações tecnológicas e o uso estratégico da informação nas organizações públicas. Sistemas de informação e o seu uso gerencial e governança; 4. Administração Pública: formas históricas de administração pública (patrimonialista, burocrática e gerencial); a relação entre reformas administrativas e estrutura do Estado no Brasil; Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais; mecanismos de transparência, controle e fiscalização. Processo de licitação: conceito, finalidades, princípios, objeto, obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade, modalidades; e a Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/21); Orçamento Público; Princípios Legais (LIMPE); 5. Administração orçamentária e Financeira: controle e avaliação da execução orçamentária; contabilidade de custos; Análise de Indicadores Financeiros; Demonstrações financeiras, Diretrizes orçamentárias: PPA, LDO e LOA como instrumentos de gestão estratégica e as Leis de Responsabilidade Fiscal: limites, metas e disciplina fiscal; 6. Gestão de Pessoas: o sistema de administração de recursos humanos; a interação entre pessoas e organizações; recrutamento e seleção; treinamento e desenvolvimento de pessoal; desenvolvimento organizacional; remuneração e carreiras; avaliação de desempenho; qualidade de vida no trabalho; Hard, Inner e Soft Skills; Processo de contratação na administração pública - planejamento, seleção do fornecedor, formalização do contrato, gestão e fiscalização contratual para a sustentabilidade de critérios e responsabilidade social e ambiental; Políticas públicas e ações afirmativas no setor público - cotas, acessibilidade, equidade de gênero, raça, etnia, orientação sexual e pessoas com deficiência (PCD) para inclusão como princípio estruturante da gestão de pessoas na administração pública; A Cultura organizacional e suas mudanças na gestão pública - desafios e estratégias para ambientes de trabalho diversos e respeitosos.

ÁREA DE CONHECIMENTO: DIREITO

1. Direito Constitucional. 1.1. Constituição: conceito, objeto, elementos e classificações. Supremacia da Constituição. Aplicabilidade das normas constitucionais. Interpretação das normas constitucionais; métodos, princípios e limites. 1.2. Poder constituinte. 1.3. Princípios fundamentais. 1.4. Direitos e garantias fundamentais. 1.5. Orga-

nização do Estado. 1.6. Administração pública. 1.7. Organização dos poderes no Estado. Mecanismos de freios e contrapesos. Poderes legislativo, executivo e judiciário: composição e atribuições. 1.8. Funções essenciais à justiça. Ministério Público, advocacia pública e defensoria pública. 1.9. Controle da constitucionalidade. 1.10. Defesa do Estado e das instituições democráticas. 2. Lei Complementar nº 122/1994 - Regime Jurídico do Servidor Público do RN; 3. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativo: 2.1. âmbito de aplicação da Lei. 2.2. Princípios. 2.3. Agentes Públicos. 2.4. Do Processo de Licitação; Fase Preparatória; Modalidades de Licitação; Da divulgação do Edital de Licitação. 2.5. Da Contratação direta: Do Processo da Contratação Direta: Inexigibilidade e Dispensa de Licitação. 2.6. Dos Contratos Administrativos: Da Formalização dos Contratos; Das Prerrogativas da Administração; Da Duração dos Contratos. 2.7. Das Irregularidades: Das Infrações e Sanções Administrativas; 2.8. Disposições Gerais: Do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP); 3. Decreto Estadual nº 32.449, de 07 de março de 2023, Regulamenta Lei nº 14.133, de 2021, no âmbito do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte. 3.1. âmbito de aplicação. 3.2. Plano de Contratações Anual (PCA), 3.3. Plano de Contratações do Estado do RN (PCAE); 3.4. Dos Agentes Públicos. 3.5. Dos Gestores e Fiscais de Contratos. 3.6. Do Enquadramento dos Bens de Consumo nas Categorias de Qualidade Comum e de Luxo. 3.7. Do Procedimento Auxiliar: Sistema de Registro de Preços (SRP); 4. Lei Complementar nº 272/2004 e suas alterações, dispõe sobre a Política e o Sistema Estadual do Meio Ambiente, as infrações e sanções administrativas ambientais, as unidades estaduais de conservação da natureza, institui medidas compensatórias ambientais, e dá outras providências; 5. Lei nº 6.938/1981; 6. Decreto nº 99.274/1990; ; 7. Decreto Federal nº 6.514/2008 - Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências; 8. Lei nº 12.651/2012 – Novo Código Florestal;

ÁREA DE CONHECIMENTO: BIBLIOTECONOMIA

1. Biblioteconomia, documentação e ciência da informação: conceituação, princípios e evolução. 2. O profissional bibliotecário, regulamentação do exercício profissional e a ética profissional. 3. Noções de bibliometria, infometria e cienciometria. 4. Organização e Tratamento da informação - Evolução histórica da catalogação. O Código de Catalogação Anglo Americano (AACR2). MARC21. ISBD. RDA. Modelos conceituais. Pontos de acesso para nomes pessoais e coletivos. Uso de títulos uniformes. Descrição bibliográfica de material impresso e multimeios. Teorias e práticas de representação da informação: dos sistemas tradicionais às modernas técnicas de representação e análise documentária. Classificação: CDD e CDU. Processo da análise temática e a representação da Informação. Linguagens de indexação. Web semântica: ontologias e taxonomias. 5. Normalização Documentária - Instituições oficiais de normalização da documentação, nacionais e internacionais. Normalização documentária de trabalhos acadêmicos. 6. Usos e usuários da informação: caracterização, políticas e processos de inserção no ambiente informacional; capacitação e desenvolvimento de competência informacional do usuário. 7. Administração de unidades e serviços de informação. Planejamento, gestão, organização, controle e avaliação.

ÁREA DE CONHECIMENTO: CONTABILIDADE

1. Administração pública e direito administrativo: 1.1. Princípios da administração pública; 1.2. Organização administrativa: administração direta e administração indireta; 1.3. Ato administrativo; 1.4. Poderes administrativos; 1.5. Procedimentos administrativos; 1.6. Controle interno e externo da administração pública; 1.7. Serviços públicos; 1.8. Agentes públicos; 1.9. Licitação e contratos administrativos; 1.10. Bens públicos; 1.11. Governança e governabilidade na administração pública; 1.12. Transparência; 1.13. Accountability na administração pública; 1.14. Lei de responsabilidade fiscal; 1.15. Improbidade administrativa.

2. Direito empresarial e tributário: 2.1. Conceito e classificação das sociedades; 2.2. Nome empresarial; 2.3. Sociedade em comum; 2.4. Sociedade em conta de participação; 2.5. Sociedade em nome coletivo; 2.6. Sociedade em comandita simples; 2.7. Sociedade em comandita por ações; 2.8. Sociedade cooperativa; 2.9. Sociedade anônima; 2.10. Dissolução, liquidação e extinção das sociedades; 2.11. Operações societárias; 2.12. Desconsideração da personalidade jurídica; 2.13. Títulos de crédito; 2.14. Contratos mercantis; 2.15. Arrendamento mercantil; 2.16. Contratos bancários; 2.17. Formas de garantias: garantias reais e pessoais; 2.18. Lei Federal nº 5.172/1966 (dispõe sobre o sistema tributário nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios); 2.19. Emenda Constitucional nº 132/2023; 2.20. Lei Complementar nº 199/2023 (institui o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias); 2.21. Instrução Normativa RFB nº 2005, de 29 de janeiro de 2021 (dispõe sobre a apresentação da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DC-TFWeb)); 2.22. Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf).

3. Contabilidade: 3.1. Lei Federal nº 6.404/1976e suas alterações constantes na Lei nº 11.638/2007; 3.2. Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC; 3.3. Normas Brasileiras de Contabilidade do CFC – Conselho Federal de Contabilidade; 3.4. Normas Contábeis da CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

4. Análise das demonstrações contábeis: 4.1. Análise comparativa do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício: análise vertical (AV) e análise horizontal (AH); 4.2. Índices de liquidez; 4.3. Indicadores de prazos médios: prazo médio de estoque (PME), prazo médio de fabricação (PMF), prazo médio de venda (PMV), prazo médio de renovação do estoque (PMRE), prazo médio de cobrança (PMC), prazo médio de pagamento a fornecedores (PMPF) e ciclo operacional e ciclo de caixa; 4.4. Índices de estrutura patrimonial: endividamento, composição do endividamento, imobilização do patrimônio líquido; 4.5. Índices de rentabilidade: giro do ativo, retorno sobre o ativo (ROI), rentabilidade do patrimônio líquido (ROE), margem de lucro sobre as vendas, geração de valor ao acionista e grau de alavancagem.

5. Contabilidade de custos: 5.1. Terminologia de contabilidade de custos; 5.2. Custos diretos e indiretos, fixos e variáveis, semifixos e semivariáveis; 5.3. Custeio por absorção; 5.4. Custeio variável; 5.5. Custopadrão; 5.6. Custeio por atividades (ABC); 5.7. Análise de custo-volume-lucro; 5.8. Ponto de equilíbrio; 5.9. Margem de contribuição; 5.10. Margem de segurança.

6. Auditoria: 6.1. NBC PA – do auditor independente; 6.2. NBC PP - do perito contábil; 6.3. NBC TA – de auditoria independente de informação contábil histórica; 6.4. NBC TR – de revisão de informação contábil histórica; 6.5. NBC TO – de asseguração de informação não histórica; 6.6. NBC TI – de auditoria interna; 6.7. NBC TP – de perícia; manual de auditoria operacional do Tribunal de Contas da União. 4ª edição – Brasília 2020.

ÁREA DE CONHECIMENTO: CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO

1. Conceitos básicos de Governança de TI: Gerenciamento de Serviços de TI com ITIL V4 (conceitos, transição de serviço e operação de serviço); Gestão da Segurança da Informação: ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013 e ABNT NBR ISO/IEC 27002:2013. 2. Programação: Estrutura de dados e algoritmos; Java, Python; Angular e React; JavaScript, HTML e CSS, Programação Orientação a Objetos, Desenvolvimento de sistemas web: conceitos básicos e aplicações. 3. Banco de Dados: Conceitos e definições; Modelo Entidade Relacionamento; Linguagem SQL; Store Procedures e Triggers, Restrições de integridade; Segurança e desempenho de banco de dados; Sistemas de Gerenciamento de Bancos Dados (SGBD): Conceitos de alta disponibilidade, Segurança, Gerência de transações, Gerência de bloqueios e Gerência de desempenho; Gestão e operação de bancos de dados: Oracle 21 e PostgreSQL 16. 4. Noções básicas da gestão ágil de projetos: cooperação; flexibilidade de escopo; interatividade; autonomia e empoderamento de equipes; programação em pares e Manifesto Ágil. 5. Gestão de projetos: PMBOK, SCRUM, XP, KANBAN, LEAN. 9. Engenharia de Software: Modelos de ciclo de vida (cascata, incremental, iterativo, espiral, prototipação, DevOps); Engenharia de requisitos (Levantamento, análise, especificação e validação de requisitos funcionais e não funcionais); Modelagem de software (Utilização da UML (Unified Modeling Language), conceitos de modelagem orientada a objetos); Arquitetura e Design de Software (Design Patterns, princípios SOLID, microsistemas, arquitetura orientada a serviços (SOA)).

ÁREA DE CONHECIMENTO: ECONOMIA

1. Papel do Governo na economia. 2. Sistemas econômicos. 3. Microeconomia. 3.1 Oferta e demanda de mercado; 3.2. Estruturas de mercado; 3.3. Elasticidade-preço da demanda; 4. Macroeconomia. 4.1. Renda e produto de equilíbrio; 4.2. Políticas (fiscal, monetária, cambial e comercial); 4.3. Índices de inflação (IPCA, INPC, IPC e IGP); 4.4. Agregados macroeconômicos. 5. Contabilidade Social 6. Indicadores socioeconômicos. 6.1. Coeficiente de Gini. 6.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 8. Orçamento público. 8.1. Ciclo orçamentário; 8.2. Classificação das receitas e despesas; 8.3. Instrumentos de planejamento do orçamento (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes

Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual); 9. Economia do setor público. 9.1. Bens públicos; 9.2. Déficit e dívida pública. 10. Análise de Investimentos. 10.1. VPL; 10.2. TIR; 10.3. Payback; 10.4. VAUE; 10.5. Lucratividade e rentabilidade. 11. Análise econômico-financeira de empresas. 12. Economia do Estado do Rio Grande do Norte. 13. Noções sobre métodos quantitativos. 13.1. Números índices. 13.2. Probabilidades. 14. Economia do Meio Ambiente. 14.1. Sustentabilidade (dimensões econômica, social e ambiental); 14.2. Economia Verde.

ÁREA DE CONHECIMENTO: ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

1. Produção mais limpa e ecoeficiência. 2. Economia Circular. 3. Gestão dos Recursos Naturais. 4. Gestão Energética e Energias Renováveis. 5. Desenvolvimento Sustentável. 6. Diretrizes para Auditoria e Certificação Ambiental. 7. Agricultura sustentável e Valoração do ambiente. 8. Análise do cenário atual e as tendências da sustentabilidade e responsabilidade corporativa.

ÁREA DE CONHECIMENTO: ESTATÍSTICA

1. Estatística Descritiva: Tabelas e Gráficos Estatísticos, Distribuição de Frequências, Medidas de Posição, Medidas de Dispersão. 2. Probabilidades: Eventos Exclusivos, Eventos Independentes, Definição e Principais Teoremas (Complementar, União), Probabilidade Condicional, Independência e Teorema de Bayes. 3. Intervalo de Confiança para a média populacional com variância conhecida e para a Proporção (população finita ou infinita). 4. Teste de Hipóteses: Teste de Significância para Médias, Variâncias, Proporções, Igualdade de duas Médias, Igualdade de duas Variâncias e Igualdade de duas Proporções. 5. Estatística Não Paramétrica: Teste Qui-quadrado, Teste dos Sinais, Teste de Wilcoxon, Teste de Mann-Whitney, Teste da Mediana, Teste Kruskal-Wallis. 6. Regressão Linear: Ajuste linear, Resíduos e Correlação.

ÁREA DE CONHECIMENTO: PSICOLOGIA

1. Fundamentos históricos e teóricos metodológicos da Psicologia Social. 2. A dimensão técnico-operativa de Políticas Sociais. 3. Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. 4. Lei Federal nº 9.720 de 30 de novembro de 1998. 5. Sistema Único da Assistência Social (SUAS). 6. Mobilização, organização e participação popular: 6.1. Formação de gestores populares e multiplicadores de ações de conservação e preservação dos recursos naturais. 7. Desenvolvimento e organização de comunidades. 7.1. Programas e projetos sociais: 7.2. Conceitos; 7.3. Elaboração; 7.4 Assessoria; 7.5. Coordenação; 7.6. Execução; 7.6. Processo avaliativo. 8. Psicologia Social e meio ambiente: 8.1. Intervenção profissional, estratégias de atuação e compromisso ético e político. 9. Técnica de Entrevista. 10. Diretrizes para o Trabalho Socioambiental. 11. Leis Estaduais do Rio Grande do Norte: Constituição Estadual de 1989; Lei Complementar nº 272, de 3 de março de 2004; Decreto nº 30.463, de 6 de abril de 2021; Lei nº 7.871, de 20 de julho de 2000. 12 Responsabilidade Social Corporativa. 13. Os direitos humanos na prática profissional dos psicólogos.

ANEXO III – CRONOGRAMA PREVISTO

Onde se lê:

DA SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO	
Período para solicitação de inscrição	Das 9h do dia 28/04/2025 até as 14h do dia 06/06/2025**
Período para emissão da segunda via do boleto bancário	Até as 17h do dia 06/06/2025**
Período para pagamento da taxa de inscrição	06/06/2025 Observado o horário de compensação bancária
Período para postagem de laudo médico	Até as 23h59 do dia 06/06/2025**
Divulgação do deferimento das inscrições	16/06/2025
Período para recurso contra o indeferimento da inscrição	Das 00h do dia 17/06/2025 às 23h59 do dia 18/06/2025**
Divulgação do deferimento da inscrição pós-recurso	30/06/2025
Divulgação do Edital de horário e local da prova	10/07/2025

DAS PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA	
Disponibilização do Cartão de Informação do candidato	21/07/2025
APLICAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA	27/07/2025
Divulgação do Gabarito Preliminar e do(s) Caderno(s) de questões	28/07/2025
Período para recurso contra o Gabarito Preliminar	Das 00h do dia 29/07/2025 às 23h59 do dia 30/07/2025**

Leia-se:

DA SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO	
Período para solicitação de inscrição	Das 9h do dia 28/04/2025 até as 14h do dia 13/06/2025**
Período para emissão da segunda via do boleto bancário	Até as 17h do dia 13/06/2025**
Período para pagamento da taxa de inscrição	13/06/2025 Observado o horário de compensação bancária
Período para postagem de laudo médico	Até as 23h59 do dia 13/06/2025**
Divulgação do deferimento das inscrições	18/06/2025
Período para recurso contra o indeferimento da inscrição	Das 00h do dia 20/06/2025 às 23h59 do dia 23/06/2025**
Divulgação do deferimento da inscrição pós-recurso	30/06/2025
Divulgação do Edital de horário e local da prova	25/07/2025

DAS PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA	
Disponibilização do Cartão de Informação do candidato	28/07/2025
APLICAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA	03/08/2025
Divulgação do Gabarito Preliminar e do(s) Caderno(s) de questões	04/08/2025
Período para recurso contra o Gabarito Preliminar	Das 00h do dia 05/08/2025 às 23h59 do dia 06/08/2025**

** Todos os horários relacionados à publicação de editais, comunicados e links no site do Instituto AOCB serão considerados no horário oficial de Brasília.

Art. 2º Os demais Itens do Anexo III – Cronograma Previsto permanecem inalterados.

Art. 3º Este termo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Natal/RN, 07 de Junho de 2025.

Pedro Lopes de Araújo Neto

SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

*Republicado por incorreção

CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE E DO LAZER (SEEC)

Considerando a Ação Civil Pública nº 0818288-89.2025.8.20.5001, a qual questionou reserva legal prevista para Pessoas com Deficiência (PCD), ensejando Decisão Interlocutória que determinou retificação do Edital nº 01/2024 para adequar o percentual de vagas reservadas para pessoas com deficiência ao mínimo de 10% (dez por cento) do total de vagas ofertadas no concurso, observado o limite máximo de 20% (vinte por cento), conforme a Lei Complementar Estadual nº 122/1994, alterada pela Lei nº 754/2024, e a jurisprudência dos tribunais superiores, aproveitando-se os candidatos com deficiência já aprovados nas provas realizadas; retificação do cronograma do concurso, para adequá-lo às alterações determinadas nesta decisão;

Considerando que a partir de notificação da 78ª Promotoria de Justiça de Natal suscitando eventual descumprimento dos critérios para estabelecimento de reserva legal de vagas para Pessoa Preta e Parda (PPP), a gestão realizou minucioso processo de quantificação, respeitando os critérios estabelecidos em lei, e verificou que o quantitativo de vagas precisava também cumprir o quantum percentual referente ao total de vagas por cargo. A partir desta constatação a administração pública decidiu, aproveitando a oportunidade de corrigir a distribuição de vagas de PCD, já promover a correção ex-ofício das vagas PPP;

Considerando que para promover a correção de vagas PCD e PPP, a opção da administração pública foi pela manutenção das disponibilidades originais destinadas aos candidatos de ampla concorrência (510) para não haver qualquer prejuízo aos candidatos que se inscreveram no concurso com base na oferta do Edital original, por DIREC e por disciplina. Assim, a ampliação se deu nas vagas disponibilizadas para PPP e PCD. Metodologicamente,

